



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO**

## **ATA n.º 3**

### **QUADRIÉNIO DE 2025 - 2029**

(Artigo 57º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE TRANCOSO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026**

--- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Carlos Camejo Martins, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso; -----

--- **Ponto número dois** - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número três** - Apreciação, discussão e votação da 1ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2026; -----

--- **Ponto número quatro** - Apreciação, discussão e votação de proposta de Adesão ao Regime de Tarifa Social, no âmbito dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos;-----

--- **Ponto número cinco** - Apreciação, discussão e votação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (art.º 189º, n.º 3 e n.º 5);-----

--- **Ponto número seis** - Apreciação, discussão e votação de proposta relativa ao reconhecimento da “Feira de Trancoso” (Feira Franca de São Bartolomeu e outras feiras do concelho de Trancoso) como património cultural imaterial concelhio; -----

--- **Ponto número sete** - Designação dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Juventude;-----

--- **Ponto número oito** - Designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Trancoso;-----

--- **Ponto número nove** - Apreciação, discussão e votação de proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital destinado à organização do Carnaval 2026;-----

--- **Período de intervenção do Público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Bruno Filipe Proença Amaral Veiga, substituído por Carlos Humberto Gaspar Saldanha, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por Armandina dos Santos Almeida, Patrícia Isabel Fernandes Ramos, substituída por Fausto André Primo Frade, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Pedro

Lourenço Tomé Dias, substituído por Regina Maria Mendes Alves, membro do Grupo Municipal do Partido Unidos Por Trancoso / Nós Cidadãos. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como a registada ao Senhor Presidente de Junta da Freguesia dos Tamanhos, Telmo André Chalo Lopes, substituído por João Luís Paulos Pereira.-----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Daniel José Salvador Joana e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João Rafael Oliva de Figueiredo e Carla Fernanda Cardoso Morgado Rebelo. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, cumprimentando todos os presentes e salientando as dificuldades no envio da documentação para a Assembleia Municipal, para alguns endereços eletrónicos, aproveitando para dirigir publicamente um pedido de desculpas pelos problemas havidos, alertando que se encontra em resolução a situação inframencionada. De seguida, fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a a apreciação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, solicitando duas correções à ata: sendo a primeira, na 10ª (décima) linha a contar de baixo na página 18 (dezoito) , na frase onde se lê “ ... na administração central, desconcentrada, as verbas através do Ministério das Direções Gerais“ deverá ler-se “... na administração central, desconcentrada, as verbas através das Direções Gerais dos vários Ministérios”. E a segunda, na linha 7 (sete) da página 20 (vinte), onde se lê “que a escola conta atualmente com cerca de 701 (setecentos e um) aluno” deverá ler-se “que o Agrupamento de Escolas de Trancoso conta atualmente com cerca de 701 (setecentos e um) alunos”. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que não havendo mais intervenções sobre a redação da ata, iria ser colocada a votação com as respetivas correções, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 2 (duas) abstenções por não se encontrarem presentes na respetiva sessão. De seguida informou que se iria entrar no **Período de Antes da Ordem do Dia**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, referindo o falecimento, recente, do Senhor João Duarte Fonseca, um homem que deu muito de si à causa pública, e a esta casa em particular, onde chefiou os serviços administrativos durante muitos anos. Foi também um homem conservador humanista e democrata eleito pelo CDS, deixando um trabalho valoroso enquanto vereador. Fez parte dos órgãos sociais de diversas associações e entidades. Realçou o grande contributo que deu às comemorações dos 500 (quinhentos) anos do nascimento de Gonçalo Anes Bandarra. Por isso o grupo municipal da coligação PSD/CDS apresentou um voto de profundo pesar, pedindo à Assembleia que se associe nesta manifestação, e ao Executivo que o homenageie oportunamente. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Coelho, propondo, em nome da coligação PSD/CDS, que esta Assembleia aprove um voto de louvor como forma de reconhecimento e gratidão a todas as entidades públicas e privadas que de diferentes formas colaboraram e contribuíram para minimizar as perdas causadas pelas tempestades que atingiram este país. Este voto será o reconhecimento e agradecimento por parte deste órgão deliberativo pela forma altruísta como estas entidades dignificaram o povo Trancosense. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, referindo o problema da saúde em Trancoso, propondo uma candidatura para a criação em Trancoso de uma USF (Unidade de Saúde Familiar) ou uma SLS (Sistema local de Saúde) a protocolar com a ULS Guarda. Comunicou que os senhores vereadores eleitos pela coligação PSD/CDS-PP, dispõem de condições técnicas para apresentar, ao Executivo Municipal, a solução, caminho e protocolo a seguir, para a criação desta proposta. Concluiu informando que todos os deputados eleitos pela coligação têm para além da missão de fiscalizar ou acompanhar o trabalho e decisões do executivo municipal, possuem um elevado compromisso em criar pontes, apresentar ideias plausíveis e agregadoras, em prol dos nossos concidadãos, sendo o acesso à Saúde prioridade para todos os trancosenses. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, colocando à consideração da Mesa, o adiamento do ponto cinco para uma próxima sessão, por ter havido constrangimentos na receção da documentação, o que tornou impossível a sua análise. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, realçando o sucesso do Agrupamento de Escolas de Trancoso, designadamente na última avaliação externa efetuada, destacando que este sucesso se deveu ao contributo e profissionalismo de todos os professores e o número reduzido de alunos por turma. Salientou a necessidade de requalificação dos estabelecimentos de ensino do concelho como contributo para a melhoria das aprendizagens, questionando qual o ponto de situação das candidaturas que tiveram que ser novamente apresentadas ao BEI (Banco Europeu de Investimento). Salientou a importância, a nível do ensino, de preparar os alunos para o dia de amanhã, os homens do futuro, sem vícios, sem caírem no facilitismo, no protecionismo, no amiguismo e dar-lhes todas as oportunidades para vencerem na vida e para governarem de uma maneira diferente do que tem sido nalguns períodos da nossa história democrática. ---

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Rico, agradecendo a todos os intervenientes que de uma forma solidária e empenhada contribuíram na iniciativa promovida pela Freguesia de Trancoso e Souto Maior no apoio às populações, do distrito de Leiria, atingidas pela depressão Kristin. Este esforço coletivo demonstrou, uma vez mais, que os valores de entreajuda, da responsabilidade social e da coesão continuam muito presentes no nosso concelho. Em nome da União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, agradeceu publicamente à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Trancoso pela cedência das instalações. Agradeceu às empresas de construção civil, aos particulares, às juntas de freguesias e associações locais assim como a todos os trabalhadores da União de Freguesia de Trancoso e Souto Maior, por se terem unido numa causa tão importante, demonstrando que a solidariedade existe em Trancoso. Informou que esta preocupação não foi apenas em relação aos concelhos que foram atingidos pela depressão, realçando a existência de problemas no nosso concelho. Expôs uma situação grave, não só na freguesia de Trancoso, mas também nas várias freguesias do concelho, onde no decorrer dos incêndios de agosto foram utilizadas máquinas pesadas, que embora necessárias, deixaram o nosso património em muito mau estado, agravado pelo inverno rigoroso que transformou caminhos em autênticos ribeiros, realçando que não se pode olhar para esta situação como problemas isolados, quando um caminho agrícola ou florestal

fica intransitável, numa freguesia vizinha, a economia de todo o concelho sofre. Salientou que o prejuízo de um agricultor ou produtor florestal não para na fronteira da freguesia, propondo uma visão em conjunto, explicando ser urgente que o Executivo Municipal não se limite a intervenções pontuais, mas que lidere uma estratégia de intervenção Inter-Freguesias, com um plano de emergência de recuperação de caminhos rurais que agrupe as freguesias mais castigadas pelos incêndios, pelo tráfego pesado e pelo inverno rigoroso, permitindo uma gestão partilhada de máquinas e de recursos. Sugeriu um reforço extraordinário de apoio às freguesias com a criação de um pacote de apoio financeiro destinado, especialmente, à recuperação de vias rurais de todas as freguesias afetadas. Terminou, solicitando que houvesse uma fiscalização e uma exigência de contrapartidas, em que o Município use as suas competências e exija que as empresas responsáveis pela atividade florestal contribuam para a manutenção das vias que utilizam de forma intensiva, realçando a insuficiência do orçamento das juntas perante estas catástrofes naturais, alertando que se o concelho quer ser forte, não pode ter os seus caminhos bloqueados ou destruídos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, considerando, uma vez mais, que o local da sessão da Assembleia não é o mais adequado por falta de visibilidade dos membros da Mesa. Agradeceu as iniciativas desencadeadas pelos bombeiros, pelas freguesias de Reboleiro, Aldeia Nova, Cótimos e Valdujo, no apoio às vítimas das catástrofes no período de inverno, assim como à colaboração na recolha de bens que foi feita para as pessoas necessitadas, que ficaram imensamente satisfeitas. Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o facto de transmitir a vontade e a possibilidade da delegação de competências, assim como a descentralização do atendimento aos munícipes nas várias freguesias. Questionou sobre o ponto de situação da saúde do concelho, uma vez que o Dr. Luís Sousa deixou de ir às freguesias de Guilherme e Reboleiro, apesar dos esforços feito pelo Senhor Presidente da Câmara e da recolha de assinaturas, questionando se é possível fazer outras diligências de forma a que haja algum resultado. Em função disso mostrou a sua disponibilidade para colaborar no que for necessário. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Santos, esclarecendo que o número de alunos é de 701 (setecentos e um) no Agrupamento de Escolas de Trancoso e que a classificação da avaliação feita foi de “muito bom” nos quatro domínios. Salientou a necessidade de intervenção na parte superior do cume da escola EB2/3, que se encontra praticamente, todo, solto ocasionando a entrada de chuva, tratando-se de uma situação que se deve resolver para promover a segurança dos alunos e da classe docente para que haja sucesso no Agrupamento de Escolas de Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Coelho, fazendo referência à intervenção do presidente da união de freguesias de Trancoso e Souto Maior, questionou o Senhor Presidente da Câmara, se após os fenómenos meteorológicos recentes cada vez mais violentos, tanto os incêndios no verão como tempestades no inverno, se as equipas do Município já estão a fazer um trabalho de identificação das zonas mais vulneráveis, se já estão a intervir ou a planear alguma intervenção nas zonas sensíveis ou suscetíveis de sofrer danos. Perguntou se a Proteção Civil Municipal está a elaborar um Plano Municipal de Emergência para uma célere e estruturada intervenção caso o nosso concelho seja de novo atingido. Sendo o PDM

(Plano Diretor Municipal) fundamental para a gestão territorial e prevenção de desastres naturais, perguntou se o Município de Trancoso está a desenvolver uma articulação entre o PDM e o Plano de Emergência Municipal de forma a fazer uma melhor gestão desse risco e prevenir esses desastres. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, associando-se, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, à intervenção do deputado António Nascimento em relação à homenagem e voto de pesar pela partida do Senhor João Duarte Fonseca, que nos deixou um pouco mais pobres. Associou-se também ao voto de louvor feito pelo deputado Paulo Coelho pela forma como as diferentes entidades se juntaram e se uniram no combate às consequências da passagem das sucessivas tempestades, quer no plano público, tendo havido dispensa por parte dos serviços camarários de alguns funcionários públicos para se deslocarem aos locais atingidos e onde era necessário mais mão de obra, quer pela grande onda de solidariedade por parte de várias juntas de freguesias, entidades privadas, e grupos de amigos, que se deslocaram para levar material ou se juntaram por esta causa. Em resposta ao deputado Paulo Coelho, informou que o Município já tem um plano de adaptações às alterações climáticas, aproveitando para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tem sido implementado, e, tendo sido aprovado no mandato anterior, se tem sido um importante meio nesta adaptação a este tipo de intempéries que são cada vez mais frequentes. Sendo a saúde um tema muito importante para a bancada municipal socialista, questionou o Senhor Presidente da Câmara se deu seguimento à moção apresentada pelo Partido Socialista, pedindo o encaminhamento desta moção às diferentes entidades para uma reunião à posterior, quer com o nosso centro de saúde, mas também com a ULS Guarda, com a (DE-SNS) Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde e com a Senhora Ministra da Saúde, interrogando se houve resposta por parte dessas entidades e quais os atos consequentes. Em relação à Moção apresentada, em dezembro de 2025, fez referência à circulação de um vídeo nas redes sociais por parte da coligação (PSD/CDS), Por Si-Por Trancoso, cortando uma parte da intervenção e fazendo uma montagem com outras intervenções pontuais da Assembleia Municipal de 28/12/2023. Apontou a desonestidade intelectual da coligação PSD/CDS que se apresenta nas redes sociais. Perguntou à Mesa da Assembleia Municipal e ao Executivo Municipal se deu alguma entrada, na Câmara Municipal um pedido de cedência de imagens das Assembleias Municipais de 28/12/2023 e de dezembro de 2025. Referiu a importância do passo que se deu para a transmissão online das Assembleias Municipais, que é um passo de transparência, coisa diferente é ceder as imagens ou vídeos para fins de campanha político-partidária. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Carlos Saldanha, endereçando os parabéns ao novo Presidente da Mesa e votos de maiores felicidades para este novo mandato. Realçou a serena sabedoria do Doutor José Amaral Veiga, presidente cessante, pela forma como conduziu os trabalhos das assembleias e que dignificou e honrou esta casa com elegância e com saber dentro e fora de portas. Parabenizou o novo Presidente da Câmara, Daniel Joana por ter abraçado esta cruzada, estando ciente que será de viragem para o concelho. Deixou também uma palavra ao Executivo cessante e ao Professor Amílcar Salvador, pelo trabalho desenvolvido, pela obra e pela dignificação do edifício dos Paços do Concelho que permite o regresso das

Assembleias à casa mãe. Relembrou o trabalho árduo na transcrição da assembleia, executado na altura, com o Dr. Fonseca Leal e o Comissário Nascimento. Referiu que o lugar atual para a realização das assembleias não apresenta as melhores condições para se fazerem as mesmas. Recordou alguns deputados municipais como doutor Paulo Leocádio, doutor Paulo Matias, doutor Amaral Veiga, pelo seu trabalho. Desejou as boas vindas e os maiores sucessos aos novos deputados e presidentes de junta. Saudou o apoio do Município prestado à associação do autocaravanismo portuguesa, à junta de freguesia de Valdujo e o conseqüente enquadramento das atividades desenvolvidas a par com a Feira do Fumeiro, assim como a dinâmica do Município na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), com a divulgação do concelho e a divulgação da Feira mais antiga do País de modo dinâmico e empreendedor. Saliu ainda, o envolvimento do Município com a Junta de Freguesia de Valdujo e Moreira de Rei no arranjo da estrada que liga Cótimos a Moreirinhas que hoje estaria intransitável. Parabenizou todas as iniciativas particulares, Bombeiros, Freguesias, Município e cidadãos, na ajuda realizada. Apelou, ao senhor presidente, para não se esquecer dos processos ainda pendentes, relativamente, aos incêndios florestais que ainda não têm respostas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando o envio tardio da informação relativa ao Executivo Municipal, nomeadamente a documentação sobre a atividade do Presidente da Câmara Municipal, assim como a disponibilização, em tempo útil, das atas do Executivo Municipal para poder exercer a função. Em resposta à intervenção do Presidente do Grupo Municipal do PS, disse tratar-se de discussão política, não aceitando o uso de expressões como desonestidade intelectual, não havendo lugar para palavras menos próprias.-----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara, deu uma palavra de apreço em memória do senhor João Fonseca, alguém que recorda como exemplo, que marcou a vida coletiva de Trancoso durante várias décadas, perante cuja memória também, como presidente da Câmara Municipal, se curva nesta Assembleia Municipal. Após ter assumido o compromisso na última Assembleia Municipal em trazer respostas para as quais ainda não tinha dados, nomeadamente, em resposta ao deputado Daniel Almeida confirmou que a Moção aprovada teve seguimento, as reuniões foram solicitadas à Ministra da Saúde e ao diretor do executivo do SNS, assim como à Presidente do Conselho da Administração da ULS da Guarda. Saliu que apenas obteve resposta da Presidente do Conselho da Administração da ULS da Guarda marcando uma reunião para 30 de janeiro de 2026 com o Diretor da Unidade de Cuidados de Saúde Primários e com uma gestora da ULS da Guarda. Adicionalmente foi enviado, para os mesmos destinatários, um abaixo assinado, com as assinaturas recolhidas, principalmente nas freguesias do Reboleiro, Guilheiro, Rio de Mel, Palhais e na União de Freguesias da Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho, onde foi alertado o facto de não ser admissível o encerramento das extensões de saúde de Reboleiro e Guilheiro, sem existir alguma perspetiva de reabertura. Em resposta ao deputado Paulo Coelho, informou que os ares condicionados estavam mal programados e que a situação já foi resolvida. Também está pensado integrar as comunidades imigrantes numa atividade de um evento de celebração do nosso concelho. Em resposta

ao deputado João Caramelo, relativamente à necessidade ou não de uma extensão do Porto Seco da Guarda e de Vila Franca das Naves, contactou a Câmara Municipal da Guarda que informou que não há nenhuma informação sobre uma insuficiência na estrutura que está a ser construída na Guarda. Em resposta ao deputado Gonçalo Santos, informou que a ordem do dia já traz uma resposta sobre o assunto do Conselho Municipal da Juventude. Em resposta à deputada Ivone Mouco, sobre a transferência de recursos para execução das competências das freguesias, informou que foi realizada uma reunião no dia 6 de fevereiro na qual foi um dos assuntos abordados. Em resposta ao deputado Pedro Dias, no âmbito da extensão de rede fibra ótica a todo o concelho de Trancoso informou que já foi a reunião de Câmara, um pedido de isenção de taxas para a ocupação de espaço em Vale do Seixo para a colocação de um armário de comunicações, presumindo que com este pedido e aprovação, por unanimidade, em reunião de Câmara, a empresa em causa, tenha ultrapassado os problemas jurídicos que a impediam de avançar. Salientou, que tal como o deputado Paulo Coelho, também se associa ao voto de louvor a todas as entidades que mitigaram os estragos causados pela tempestade. Em resposta à intervenção do deputado Joaquim Cavaca também considerou que a constituição de uma USF no concelho de Trancoso seria benéfica, e que têm sido unidos esforços nesse sentido, mas que é algo que tem de ser pedido ao Ministério da Saúde. Os contactos necessários têm sido feitos, mas para haver uma Unidade de Saúde Familiar é necessário haver mais médicos. A criação dessa unidade tornaria mais atrativa a vinda de médicos para Trancoso, e é também esse um aspeto que reforça o apelo ao Ministério da Saúde. Relembrou ainda o facto de o PSD e CDS terem votado contra a Moção pelos cuidados de Saúde no concelho de Trancoso o que provoca a perda de força nas reuniões. Em resposta ao pedido feito pelo deputado Luís Fernandes, deverá ser a Mesa da Assembleia a analisar esse pedido. Em resposta ao deputado Mário Gonçalves, associa-se nas congratulações do sucesso do Agrupamento das Escolas de Trancoso, e no que diz respeito à requalificação das Escolas, está aberta a linha de financiamento para as escolas, P2 - consideradas urgentes, (Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra e Escola Básica dos 2º e 3ª ciclos de Trancoso), estando a ser preparados os últimos documentos para serem submetidas as candidaturas nos próximos dias ou semanas. Ainda não foi aberta a linha de financiamento para as escolas P3 - consideradas prioritárias, onde se inclui a Escola EB2/3 de Vila Franca das Naves, mencionando ser um assunto que preocupa muitos autarcas, nomeadamente a nossa comunidade intermunicipal, em que o tema tem sido objeto de discussão nas reuniões. Em resposta à intervenção do deputado Paulo Rico, parabenizou a União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, Valdujo, Aldeia Nova e muitas outras que se mobilizaram para ajudar quem precisava, assim como os serviços externos do Município que, em resposta a um apelo do Município de Leiria, se deslocaram durante alguns dias, para um trabalho de remoção e de desimpedimento das principais vias. Referiu os caminhos rurais que são de facto uma grande preocupação, mas que o Município juntamente com as Juntas de Freguesias tem trabalhado bem, dedicando a maior parte do tempo à análise dessa situação de forma a poder delinear uma estratégia para satisfazer os cidadãos. Em resposta ao deputado José Nascimento, agradeceu as palavras que lhe dirigiu relativamente ao atendimento dos munícipes e às reuniões com as

freguesias, sendo um orgulho trabalhar com as juntas e seus presidentes. Relativamente às extensões de Reboleiro e Guilherme ainda não existe resposta, tendo sido referido em reunião, que é uma questão de gestão de recursos e enquanto não houver mais médicos na sede não serão reabertas. Em resposta ao deputado João Santos, congratulou o Agrupamento de Escolas de Trancoso pela classificação obtida no âmbito da avaliação. Saliu que Trancoso está muito bem servido a nível de educação com o Agrupamento de Escolas, com a Escola Profissional e com o pré-escolar da Santa Casa da Misericórdia. Em resposta ao deputado Paulo Coelho, confirmou a existência do plano de emergência, estando neste momento em reformulação para poder ser adaptado o melhor possível a estes fenómenos que vão acontecendo com mais regularidade e com mais intensidade. Em resposta ao deputado Daniel Almeida, referiu que o tema do vídeo com montagens induz em erro e vai contra aquilo que está lavrado em ata e o que realmente aconteceu nas referidas sessões de Assembleia. Agradeceu ao deputado Carlos Saldanha e retribuiu os votos de um bom mandato. Realçou as condições favoráveis que o Executivo anterior deixou ao atual e tentará, com a ajuda de todos os deputados, fazer um bom uso das mesmas. Em resposta ao deputado João Caramelo, informou que tentará melhorar todos os aspetos referidos para que os deputados tenham acesso aos documentos a fim de se prepararem para as reuniões da Assembleia Municipal. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa, informou o deputado Daniel Almeida, que não tinha havido nenhuma entrada de pedido para a cedência de imagens da última sessão da Assembleia Municipal. Em resposta ao deputado Luís Fernandes, esclareceu que o ponto 5 (cinco) se destina apenas a apreciação, não sendo colocado a votação, tendo já decorrido o processo de discussão pública de 30 (trinta) dias, realçando que o ponto em questão será apreciado com intervenções, se necessário, mas sem existir votação. Colocou o voto de louvor sobre a ajuda e socorro necessário após as últimas intempéries, apresentado pelo deputado Paulo Coelho, a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Associou-se ao deputado António Nascimento, pela proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Duarte Fonseca, expressando as condolências à família e relembrando a Sua figura neste concelho, nesta Autarquia e particularmente nesta casa, considerando justo que o órgão máximo do concelho, Assembleia Municipal, lhe preste uma homenagem sendo uma manifestação de gratidão. O voto de pesar foi colocado a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e por conseguinte foi proposto um minuto de silêncio por toda a Assembleia. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem do dia. No uso da palavra, lembrou que na Assembleia anterior foi nomeada uma Comissão para efetuar a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso. Após ter reunido elaborou uma proposta com algumas alterações que foi remetida para todos os deputados para apreciação e votação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, referindo que o Regimento continua a prever que as sessões da Assembleia sejam realizadas neste espaço, nobre e digno, mas que em nome da Coligação não concorda com o referido espaço, pois em termos acústico, comodidade e visibilidade não contemplam as condições do auditório do Pavilhão Multiusos, deixando este tema à consideração da Mesa. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, fazendo um enquadramento da reunião da Comissão, onde estiveram representantes de todos os partidos políticos desta Assembleia Municipal, mencionando que as conclusões se pautaram por unanimidade, tendo como objetivo a adaptação do Regimento à nova realidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, manifestando o apreço e elogiando a iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de promover uma eventual alteração do Regimento da Assembleia Municipal, com consciência de que o texto já era suficientemente enxuto, consolidado e pertinente. Mencionou que só esteve presente em metade do tempo da reunião, mas não subsiste nenhuma reserva relativamente a esta situação, informando que a reunião decorreu com normalidade e as alterações efetuadas são cirúrgicas. Referiu que a Coligação votará favoravelmente, considerando que, a nível pessoal, as alterações significam um aprimoramento, aperfeiçoamento e uma atualização relativamente aos dias que correm, tanto no que diz respeito à eventual disponibilização da documentação aos deputados da Assembleia Municipal, tanto quanto ao local das sessões da Assembleia Municipal, que por decisão da Mesa pode optar por um lugar diferente, e por fim, com o direito de defesa que se passou a reconhecer aos membros do Executivo da Câmara Municipal que não existia expressamente. -----

--- Interveio o membro da Assembleia Leonel Alves, referindo que embora seja, a Assembleia Municipal, um órgão que tem toda a nobreza que exige este salão nobre, elogiou o facto de o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia ter mandado rever esta situação, mas reitera a ideia que o auditório tinha melhores condições. Solicitou esclarecimento sobre dúvidas existentes sobre o Regimento, realçando que o Regimento já era bastante elucidativo e completo e que agora está muito bom. -----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta do Regimento a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu que se tratava de um documento longo, extenso e pormenorizado para que todos os deputados municipais e presidentes de juntas possam ter acesso a tudo o que é a agenda do Presidente da Câmara. Destacou alguns aspetos de maior relevância, nomeadamente: a reunião com as 21 (vinte e uma) juntas de freguesias do concelho, nas quais foram discutidos de forma transversal aspetos importantes; a representação do Município nalguns eventos nacionais e internacionais como as feiras de Turismo em Madrid e em Lisboa; uma pequena intervenção urbanística, mas com um grande efeito estético que foi a retirada dos cabos obsoletos na rua da corredoura e, por fim, a atividade do serviço municipal de Proteção Civil que, desde a última assembleia, interveio um pouco por todo o concelho, destacando o espalhamento preventivo de sal junto aos estabelecimentos escolares, a limpeza rápida e eficaz da neve nas principais vias de circulação, a remoção rápida, em colaboração com as juntas de freguesia dos destroços e derrocadas, assim como o corte de vias em caso de abatimentos de estradas ou inundações. Sobre a informação financeira, que já é conhecida, a receita líquida cobrada a 20/02/2026 foi de 1.508.042,60€ (um milhão, quinhentos e oito mil, quarenta e dois euros e sessenta cêntimos) e a despesa paga foi de 1.456.866,31€ (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis

euros e trinta e um cêntimo). -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento parabenizando a retirada dos cabos obsoletos na rua da Corredoura, solicitando que essa remoção fosse alargada às antenas que estão nos telhados e que são visíveis a partir do Castelo. Fez referência, também, ao turismo como sendo uma das âncoras de Trancoso e à participação do Município nas feiras de Turismo, que também louva, mas que, pessoalmente, e com base numa publicação que circulam em sites, alerta para a forma vergonhosa como foram apresentadas as sardinhas doces em Lisboa, lamentando o facto de contas incógnitas na internet, e de má língua, façam mau uso dessa situação. Alerta para que se possa fazer melhor, esperando que em oportunidades futuras, nos eventos de tão grande importância, não se volte a repetir essa situação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, evidenciando um historial repetitivo da requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves, projeto que já vem do antecessor Executivo e que já foi apresentado no Centro Cultural Miguel Madeira, onde foi sugerido que se acrescentasse um pavilhão. No entanto, como o espaço já existe e o projeto já se encontra numa fase muito avançada, poderia chocar em termos arquitetónicos e criar um impacto ambiental negativo. Sugeriu a aquisição de um terreno, com área suficiente, para a implementação de uma infraestrutura, espaço coberto, onde pudessem decorrer eventos com dignidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, salientando que em 70 (setenta) dias, a atividade do senhor Presidente do Município tinha sido longa e profícua. Fez referência a um aviso emanado pela Câmara Municipal para as freguesias, referente aos prejuízos dos incêndios e que as atividades teriam início no mês de fevereiro, alertando para algumas consequências e cuidados a ter pelos proprietários dos terrenos onde as intervenções vão ser feitas. Questionou quando e onde irão ser efetuadas as intervenções para poder informar os fregueses, pois sendo presidente de junta não dispõe de nenhuma informação sobre este assunto. Informou que foram feitos alguns ofícios, que aguardam respostas, à Câmara Municipal, por parte da Junta de Freguesia do Reboleiro, solicitando intervenções em relação à zona industrial e tendo sido disponibilizando o contributo da junta. -----

--- Usa da palavra o Presidente do Município, questionando o deputado António Nascimento, sobre qual a fonte da fotografia que mostra a apresentação das sardinhas doces na Feira de Turismo de Lisboa, dando a sugestão de comparar essa foto com as fotos tiradas pelo Município. Realçou a importância da participação do Município na BTL, uma vez que foram abordados assuntos como a Feira de São Bartolomeu e o Turismo Judaico. Defendeu a qualidade dos técnicos do Município, valorizando a promoção que é feita do Município de Trancoso. Respondeu ao deputado, Mário Gonçalves, manifestando a sua sensibilidade para a questão de todas as freguesias serem dotadas de infraestruturas que respondam àquilo que são as necessidades dos que lá vivem e agradeceu a sugestão do deputado. Em resposta ao deputado José Nascimento, confirmou que se trata de uma informação muito abrangente e que não lhe era possível pormenorizar nesta Assembleia, mas referiu que as intervenções contemplavam mudanças de vedações, sinalização horizontal e vertical, reparações de ETAR's atingidas, mas que poderá procurar os restantes dados para poderem

transmitir às populações quando forem solicitados. -----

--- Interveio o deputado, António Nascimento, comunicando que a fonte da fotografia partilhada era da autoria da CIMRBSE (Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela), querendo apenas que Trancoso fosse representado com outra dignidade, de modo a ter a projeção que merece. -----

--- Interveio o deputado, João Santos, convidando em nome da Junta de Freguesia de Palhais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Trancoso, a visitar as obras que têm sido realizadas com os reduzidos meios que esta Junta dispõe, como arruamentos, muros de suporte, entre outros. Salientou o facto de a freguesia de Palhais não ter ficado insensível às calamidades que assolaram o país, tendo também prestado apoio nessa causa. Realçou o facto de as calamidades não existirem apenas em Leiria ou no litoral, mencionando que também fomos afetados pelas calamidades dos incêndios no verão, nomeadamente: com a exploração de madeira e deixando os caminhos intransitáveis, solicitando a deslocação do Senhor Presidente a esses locais. Aquando dessa possível visita solicitou que fosse verificado também, uma situação problemática, um muro de suporte de um caminho público bastante utilizado e que também dá acesso a uma quinta, que se encontra em completa ruína, não dispondo, neste momento, a Junta de Freguesia, de verbas para fazer face a esta situação. Sugeriu efetuar uma proposta em nome da Sua freguesia e daquelas que se queiram associar a esta iniciativa, com a implementação de uma caução aos madeireiros que utilizam as vias públicas e que por vezes as estragam, de modo a que se pudesse utilizar essas verbas para arranjos nos referidos espaços. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, mencionando a mesma situação anterior, do envio tardio do email relativamente a este ponto, como tal não irá apreciar o documento, mas fará dois apontamentos: Sugeriu efetuar uma auditoria aos serviços informáticos no sentido de perceber exatamente o que aconteceu e desse modo prevenir esta situação para momentos futuros; elogiou a presença da participação do Município na BTL e em outras feiras de turismo e aproveitando a intervenção do deputado António Nascimento, salientou a importância da imagem transmitida em todas as circunstâncias, lamentando que o Senhor Presidente não tenha visto as declarações do deputado desta forma. Em relação à atividade do Senhor Presidente de Câmara, fez referência a uma publicação na página do Município sobre um Plano de Migração Intermunicipal que está a ser desenhado no concelho e de acordo com o diagnóstico social de 2024, existiam no concelho 53 (cinquenta e três) migrantes, equivalente a 0,5% da nossa população, sugerindo que seria importante oferecermos recursos num plano de atração e fixação para empresas, com a criação de um Plano Intermunicipal de incentivos à natalidade de modo a abranger uma percentagem populacional muito maior. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Cátia Andrade, destacando a capacidade de resposta demonstrada pelos serviços municipais perante situações adversas, particularmente exigentes, que marcaram o nosso território nos últimos tempos. Evidenciou o inverno, no concelho de Trancoso, que se fez sentir de forma rigorosa, com vários dias de queda de neve, que colocou desafios acrescidos à mobilidade, à segurança e ao normal funcionamento da vida quotidiana. Reconheceu a intervenção e atuação eficaz do serviço

municipal da proteção civil, que permitiu mitigar constrangimentos e salvaguardar a segurança das populações. Realçou os efeitos da tempestade Kristin que atingiu várias regiões do nosso país e que também teve reflexo no nosso concelho, implicando a intervenção célere da proteção civil municipal em várias situações. Considerou, também relevante, sublinhar a importância da comunicação institucional do Município apresentada de forma clara, rigorosa e responsável. Realçou o gesto de solidariedade institucional do Município que destacou uma equipa de 5 (cinco) elementos durante 3 (três) dias para apoiar operações de limpeza e de desobstrução de vias no distrito de Leiria, traduzindo um compromisso efetivo com os princípios de cooperação intermunicipal e da coesão territorial, afirmando que o poder local não se esgota nos limites administrativos de cada concelho. A solidariedade entre territórios constituiu uma expressão maior do espírito do poder local, democrático e reforçando a credibilidade das autarquias enquanto estruturas de proximidade, mas também de responsabilidade nacional. Congratulou a iniciativa de várias juntas de freguesia do concelho, promovendo de forma autónoma a recolha e doação de bens essenciais, destinados às populações afetadas demonstrando gestos de solidariedade, espírito de entreajuda entre comunidades e valores de responsabilidade cívica. Na sequência da moção relativa à situação dos cuidados de Saúde do concelho, apresentada pelo deputado, Daniel Almeida, demonstrou que foi dado seguimento institucional à preocupação expressa por este órgão deliberativo, promovendo uma reunião, por videoconferência, no dia 30/01/2026, com a Unidade Local de Saúde da Guarda com o objetivo de expor e reforçar de forma clara o diagnóstico do nosso território e sensibilizar essa entidade para as carências concretas que afetam a nossa população, no entanto, ainda não existe uma resposta concreta devido à limitação de recursos humanos, nomeadamente a falta de médicos. Destacou a reunião realizada com o empresário na área da saúde, Telmo Jesus, que apresentou um projeto de investimento com vista a uma eventual criação de um centro clínico em Trancoso, podendo esta iniciativa complementar a oferta já existente e reforçar a capacidade de resposta no nosso território. Importa, sendo assim, acompanhar com atenção todas as soluções que possam representar um reforço efetivo de cuidados prestados à nossa população, sempre salvaguardando o interesse público e equidade no acesso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, deixando um repto relativamente à Feira do Fumeiro no sentido de repensar esta iniciativa, cuja forma se encontra esgotada, devendo olhar-se para o futuro de modo a ser mais atrativa e oferecer mais e melhor. Outro aspeto é equacionar a realização da Feira do Fumeiro em apenas um fim de semana. Mencionou o loteamento do Bairro de Nossa Senhora da Fresta, perguntando qual a atual situação, para quando a concretização e que prazo está estimado para a sua execução. Referiu a obra da Igreja de Santa Marinha e a área envolvente, que desde dezembro de 2021 a fevereiro 2026, continua tudo mais ou menos na mesma, sem grandes desenvolvimentos e sem finalização de uma obra que se justifica à sociedade, perguntando qual o prazo estimado para a resolução do problema. Relativamente à atividade do Senhor Presidente do Município, referiu a análise e discussão das medidas de recuperação e mitigação do pós-incêndio, mencionando as intervenções dos presidentes de juntas do Reboleiro e de Palhais, questionou que medidas eram, como se concretizam, qual a calendarização e qual

o universo abrangido, porque tendo havido problemas com os incêndios no verão, temos a obrigação política de os resolver. Em relação ao assunto das sardinhas, salientou que a intervenção do Senhor Presidente, que respeita em nome do princípio da liberdade de expressão, deu a sensação de querer abater o mensageiro, porque não gostou da mensagem, tendo sido ela clara, salientando que, neste caso, o problema não é da imagem, sendo a fonte da foto a página de Facebook da CIMRBSE. Recordou uma homenagem efetuada em maio 2021, aquando de um beberete em que as sardinhas doces estavam apresentadas cortadas ao meio, o que não deveria acontecer. Uma solução já apresentada ao antecessor do Senhor Presidente era para falar com fornecedores para produzirem sardinhas doces mais pequenas para evitar que fossem cortadas, partilhando uma ideia de poupança e para que ficássemos todos bem representados.

--- No uso da palavra o Presidente do Município, em resposta ao deputado António Nascimento, referiu que conseguiu a fonte perguntando ao grupo municipal, salientando que deveria ter perguntado antes. Em resposta ao deputado João Santos, aceitou o convite para visitar Palhais afim de verificar alguns danos, como já fez noutras freguesias e informou que a Câmara Municipal está disponível, dentro das suas possibilidades, para ajudar as juntas de freguesia no cumprimento dessa sua competência de manutenção dos caminhos rurais, mobilizando recursos humanos, materiais e meios financeiros para que o concelho não se veja limitado na sua atividade por aquilo que aconteceu. Em relação à caução seria uma solução interessante, sendo um trabalho para os juristas do Município, saberem se tem uma base legal ou em que moldes pode ter uma base legal. Em resposta ao deputado Luís Fernandes, informou que juntamente com todos os serviços do Município tentarão que as informações cheguem o mais atempadamente possível, com boa qualidade e a tempo de poderem ser analisadas e que transmitirá ao serviço de informática para verificar o que aconteceu para não terem chegado ao mesmo tempo a todos os deputados. Em relação a opinião sobre a imagem, trata-se de uma visão muito enviesada, salientando que não se pode tomar a parte pelo todo nem ajuizar por isso. Sendo deputado, tem responsabilidade, como todos nós, de gerir a informação num período tão crítico como esse. Em resposta à deputada Cátia Andrade, revê-se na sua intervenção, valorizou a forma como os serviços do Município, proteção civil e serviços externos trabalharam rapidamente e preventivamente, sem fazer distinção das horas em que o faziam para que o concelho continuasse a produzir, as pessoas continuassem a ir trabalhar, os alunos pudessem ir à escola e que se garantisse a segurança de todos os munícipes. Em resposta ao deputado João Caramelo, confirmou que Trancoso é um concelho que tem eventos bastante maduros e que conseguem perdurar no tempo, no entanto considera ser uma preocupação e um desafio, apelando à capacidade de todos para que, em conjunto, haja inovação para que estes eventos possam perdurar no tempo. Convidou todos os deputados a estarem presentes na sessão de abertura da Feira do Fumeiro, no Pavilhão Multiusos, partilhando o facto de já existirem algumas mudanças, trazendo uma nova dinâmica e um novo conceito à XXII edição da Feira do Fumeiro. Confirma as vantagens e desvantagens da realização num só fim de semana, no entanto optou-se por manter o mesmo formato de dois fins de semana pelo facto de, por um lado, o investimento ser compensatório, por outro lado, pela vertente comercial, atendendo à dinâmica inerente ao fenómeno das amendoeiras em flor,

contudo, se se chegar à conclusão que o segundo fim de semana se torne irrelevante, a Feira será pensada noutra formato. Quanto ao Loteamento do Bairro de Nossa Senhora da Fresta relembrou que já houve um concurso lançado, tendo ficado deserto, nesse sentido o Município solicitou ao IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), que revisse os índices para o relançamento do novo concurso de modo a torná-lo mais atrativo, tendo esta revisão ficado abaixo da última proposta. Em consequência voltou, novamente, o Município a solicitar uma nova revisão, ainda não existindo uma previsão de resposta. Quanto à Igreja de Santa Marinha, informou que os trabalhos decorrem a bom ritmo, existindo previsão de conclusão dos arranjos exteriores, no prazo de 2 (duas) semanas, em relação ao interior, a colocação dos conteúdos, pretende-se que estejam colocados, por altura da Páscoa, para que o Centro de Interpretação já possa ser visitado, considerando ser uma mais valia para o concelho de Trancoso. Em relação às medidas de mitigação pós-incêndios, comprometeu-se a trazê-las calendarizadas na próxima sessão de Assembleia. Reconheceu que a sardinha doce inteira é mais bonita, embora cortada continua a ser saborosa, informando que já existe um produtor que começou a fazer experiências nesse sentido de modo a criar uma “petinga doce”. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, referindo, com felicidade, a reunião com decorrida com a ULS e por ter sido realizada em tão curto espaço de tempo, no entanto, lamenta que passado um mês, o Governo Central ainda não tenha respondido ao Município sobre a preocupação ao acesso a cuidados de saúde. Considera que a ULS Guarda comunga da mesma preocupação que esta Assembleia Municipal, no entanto o Governo Central, através da Ministra da Saúde e do novo Diretor Executivo do SNS, não responde à proposta de uma reunião com este Município, para resolver os problemas de saúde local. Relativamente à participação na BTL, onde teve a oportunidade de estar presente, informou que é um momento de conhecimento do território, com um convite à prova dos produtos endógenos de cada região. -

--- Interveio o presidente de junta do Reboleiro, José Nascimento, lembrando a disponibilidade de ajudar, e informando não ser necessário que as informações sejam específicas, uma vez que o ofício enviado dispõe de todas as informações precisas, tendo, ainda, sido solicitado, que cada junta efetuasse uma relação das necessidades existentes. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, elogiando o trabalho desenvolvido, com persistência e capacidade, pelo Presidente de Câmara Municipal. Congratulou e prestou homenagem ao Município e a todas as juntas de freguesias que contribuíram para a calamidade que assolou o nosso país, especialmente a região centro, destacando o reconhecimento à proteção civil, aos bombeiros e à tropa, que de certo modo todos contribuíram para minimizar a infortúnio dessas pessoas e aproveitou para honrar o povo português pela solidariedade demonstrada. Salientou ter orgulho em tudo o que diz respeito à história e ao Município, assim como também de Vila Franca das Naves por ter sido considerada uma das melhores estações da linha da Beira Alta, por receber muitos estudantes oriundos dos concelhos limítrofes a Trancoso. Referiu que, após anos, está concluída a ETAR de Vila Franca das Naves, se encontra a decorrer a requalificação do Largo do Mercado e que não existe nenhuma obra devoluta, sugerindo a criação de um pavilhão junto à requalificação do Largo do Mercado, de modo a realizar alguns eventos sem tantas despesas, deixando

assim o Presidente de Câmara, uma marca de relevância durante o seu mandato em Vila Franca das Naves.

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, mencionando que o Presidente da Mesa da Assembleia deveria ter tido uma voz mais assertiva em relação à intervenção do deputado Leonel Alves, com todo o respeito, a qual deveria ter sido feita no período antes da ordem do dia, visto que nenhuma parte da sua intervenção foi de encontro ao ponto atual, não sendo produtivo para o trabalho da Assembleia. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, em resposta ao deputado Daniel Almeida, confirmou o silêncio estrondoso por parte do Governo relativamente aos problemas de saúde do concelho de Trancoso. Em resposta ao deputado José Nascimento, informou que aprendeu muito com ele nomeadamente a persistência e a capacidade de encontrar uma solução até do ponto de vista regimental. Em resposta ao deputado Leonel Alves, informou que se revê na visão do povo solidário, sendo uma marca do povo português e que nos momentos críticos devemos saber ultrapassar as diferenças e ser solidários uns com os outros, como se viu na sequência dessa calamidade que afetou o nosso país. Relativamente à infraestrutura, reconhece-lhe toda a legitimidade trazendo coesão social, tanto em Vila Franca das Naves como em todas as outras freguesias, realçando a todos os presidentes de juntas, a sua sensibilidade para poder dar às freguesias as infraestruturas adaptadas às necessidades de cada freguesia. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que se tratava de uma revisão com alguma relevância, comum na assembleia de fevereiro, porque existe a necessidade de incorporar o saldo do ano de 2025, cujas contas municipais registaram um saldo positivo de 3.247.372,43€ (três milhões, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), de modo a ser mobilizado e utilizado para todas as necessidades urgentes. Saliu da necessidade de aprovação desta revisão de modo a dotar as várias rúbricas existentes, cujas algumas vão de encontro ao que alguns presidentes de juntas e deputados municipais referiram nesta Assembleia, nomeadamente na União de Freguesias de Freches e Torres, com o colapso de uma parte da estrada municipal que liga à localidade de Torres, encontrando-se cortada na sua totalidade, para que se possa lançar esta obra e intervir o mais rápido possível para devolver às pessoas o conforto que tinham a essa acessibilidade. Mencionou a Torre do Terrenho, com o corte parcial de uma via e o impedimento total de circulação de pesados, causando grandes transtornos, nomeadamente para os transportes escolares e outros transportes de mercadorias. Referiu o meio ambiente, destacando a ETAR de Rio de Mel, como sendo uma necessidade antiga para a população, e a ETAR de Vale de Mouro que necessita também ser construída. Existe a necessidade de dotar outras rúbricas, algumas mais genéricas, como o apoio a instituições, tais como associações culturais, desportivas e recreativas, assim como as juntas de freguesias que merecem pelo trabalho efetuado. Mencionou a Tarifa Social que terá um impacto nas contas do Município no montante de 181.000€ (cento e oitenta e um mil euros), mas que irá trazer um resultado muito positivo às famílias do concelho de Trancoso, principalmente aquelas que estão mais fragilizadas e que têm mais dificuldades em pagar as despesas tão essenciais como a água, resíduos sólidos e urbanos ou saneamento. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, questionando como é que 2 (dois) meses depois de ter sido aprovado o orçamento, já há necessidade de um documento retificativo ou de introduzir alterações, considerando aceitável o argumento da necessidade de integrar o saldo de gerência do orçamento anterior, mas existem considerações que não se justifiquem. Estando previstas no orçamento as despesas com as ETAR's de Rio de Mel e Vale de Mouro, questionou como é que passados 2 (dois) meses o preço disparou, salientando que ou existiu uma má previsão, ou por razões imprevistas as obras tiveram um custo mais elevado o que não é aceitável. Volvidos 2 (dois) meses, aquilo que é considerado um documento solene, que merece reflexão e sobretudo ponderação por parte do Executivo Municipal. Questionou como é possível haver essas alterações havendo uma diferença de 300.000,00€ (trezentos mil euros) entre o orçamentado e o que realmente é necessário, destinando-se 200.000,00€ (duzentos mil euros) para a ETAR de Rio de Mel e 100.000,00€ (cem mil euros) para a ETAR de Vale de Mouro. Outra justificação é manter o funcionamento da atividade Municipal com os funcionários, verificando que existe uma alteração no que diz respeito ao funcionamento da Câmara Municipal, na rubrica de aquisição de bens e serviços, no montante de 1.273.872,43€ (um milhão, duzentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), em apenas dois meses. Realçou que estas situações ou foram mal calculadas, o que deve ser censurado, ou conscientemente sabiam que não chegava e agora teve que ser alterado.-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, respondeu ao deputado João Caramelo, referindo ser uma questão na qual tem insistido, já durante o último mandato, nas suas intervenções, na perspetiva em que é mesmo necessário melhorar, ter documentos o mais rigorosos possível mas citando *Jesus Cristo*, “o sábado foi feito para o homem, não o homem para o sábado”, sendo o ser humano o mais importante, ou seja, a forma não é mais importante que o conteúdo, o conteúdo é que é importante e vamos fazer com que os números previstos no orçamento, sejam muito mais importantes do que os próprios documentos, não desprezando algum cuidado com os formalismos que também são necessários. Neste caso, quando se aprova aqui o orçamento no final de 2025, não se pode prever que em janeiro 2026 vão desabar estradas, vão desmoronar muros, vão aluir terras, realçando que o orçamento é sempre um documento previsional, e na fragilidade do que é a previsão dos acontecimentos do mundo não nos permite prever rigorosamente aquilo que vai acontecer nos 12 (doze) meses seguintes. Nos últimos dias de dezembro, já se sabia que havia um saldo que devia ser incorporado havendo rubricas mais específicas e outras mais genéricas que devem existir sobre pena de ficarmos bloqueados na nossa ação diária. Portanto, não diria que seja um objeto de censura, mas sim um objeto de melhoria, de planeamento cada vez mais rigoroso, devendo ser um documento que permite trabalhar. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que o orçamento para 2026 não é um documento estático, mas dinâmico, existindo uma estranheza no mesmo, considerando que à data da última reunião de Assembleia, no dia 23/12/2025, já estaria disponível uma verba, podendo não ser exatamente o valor de 3.247.372,43€ (três milhões, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos). Questionou se com a alocação desta verba o orçamento não teria ficado mais

rigoroso e mais adaptado à realidade, salientando que existiram melhorias em relação ao anterior mandato no rigor da preparação dos orçamentos. Salientou que a Coligação não está aqui para destruir, rebaixar, prejudicar ou ofender alguém. Está aqui com lealdade e rigor para apontar erros e traçar caminhos com soluções. Alertou que por vezes as intervenções da Coligação são mal-entendidas, solicitando mais harmonia, mais interação a nível de debate e democracia. Terminou referindo que além das decisões políticas sejam sempre consideradas a informação dos próprios técnicos do Município, elogiando-os como um grupo técnico à altura, com grande saber e dignidade. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, informou que à data de 23/12/2026 ainda não se encontravam as contas apuradas e que os serviços, reconhecendo também a qualidade, nomeadamente da divisão financeira, sendo ela extremamente rigorosa, não forneceria um dado com este rigor para que pudesse ser incorporado no documento a votação. Também se revê nas reflexões democráticas proferidas pelo deputado, sendo ele lutador pela democracia, mencionando a sua participação na luta estudantil em Coimbra em 1969, deixando um legado de uma importância extrema e ao qual é dado um valor inestimável e que tudo será feito para o manter, por conseguinte manifestou todo o respeito por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, considerando normal haver algumas diversidade de ideias, resultantes da herança dessa luta.-----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Coelho, referindo o PDM e mencionando a existência de despesas acrescidas, principalmente nas estradas das Torres e na da Torre do Terrenho, questionou se os técnicos do Município já tinham identificado as causas desses incidentes, considerando não ser resultado apenas das intempéries, mas também, resultado de uma má gestão do uso do solo, para que não se volte a repetir e haja uma utilização inapropriada do dinheiro público. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, realçou a necessidade de existir o PDM de modo a evitar uma situação ainda mais difícil. Em relação às causas, informou que não tem a mesma informação relativamente ao mau uso do solo, tendo apenas conhecimento que as causas se deveram às fortes chuvadas repetidas e continuadas no tempo, no entanto, solicitará a chegada dessa informação aos serviços.

--- Não havendo mais inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 2 duas abstenções. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, informou que estes serviços, nomeadamente os que têm a ver com a gestão de recursos ambientais, não são baratos, e não se prevê que fiquem mais baratos, o que faz com que todos nós tenhamos que ter formas mais eficientes da gestão dos recursos, no entanto não nos impede de ser solidários, identificando as famílias numa situação de maior fragilidade e com maior dificuldade em pagar esses serviços, trazendo à apreciação e votação da Assembleia Municipal a adesão do Município de Trancoso ao Regime da Tarifa Social, prevista no decreto lei nº147 de 2017, direcionado para pessoas que cumprem determinados critérios, nomeadamente, as que recebem o complemento solidário para idosos, o subsídio social do desemprego, o abono de família, a pensão social de invalidez, a

pensão social de velhice ou famílias que tenham um rendimento anual abaixo de 5.800€ (cinco mil e oitocentos euros). Esclareceu que a aplicação deste regime implica a isenção da tarifa fixa da água, o aumento do primeiro escalão até aos 15 m³ de consumo, a isenção total da tarifa fixa do saneamento e o aumento do primeiro escalão até aos 15 m³ na respetiva tarifa variável. No que respeita aos resíduos sólidos urbanos, prevê-se a isenção total da tarifa fixa e uma redução de 25% na tarifa variável, tratando-se de uma medida com um grande impacto, sendo que após informação partilhada entre a concessionária, empresa Águas da Teja, a Autoridade Tributária e a Segurança Social, o cruzamento de dados resultou no apoio a 849 (oitocentas e quarenta e nove) famílias, sendo um número bastante significativo, ou seja 15% das famílias do nosso concelho, distribuídas por todas as freguesias, contabilizando 33 (trinta e três) na Aldeia Nova, 13 (treze) na Castanheira, 14 (catorze) na Cogula, 17 (dezassete) nos Cótimos, 19 (dezanove) em Fiães, 30 (trinta) na Granja, 14 (catorze) em Guilherme, 26 (dezasseis) em Moimentinha, 47 (quarenta e sete) em Moreira de Rei, 19 (dezanove) em Palhais, 22 (vinte e duas) na Póvoa do Concelho, 17 (dezassete) em Rio de mel, 23 (vinte e três) nos Tamanhos, 23 (vinte e três) Vale do Seixo e Vila Garcia, 41 (quarenta e uma) em Freches e Torres, 87 (oitenta e sete) em Vila Franca das Naves e Feital, 264 (duzentos e sessenta e quatro) em Trancoso e Souto Maior, 35 (trinta e cinco) em Vilares e Carnicães, 41 (quarenta e uma) na Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho e 38 (trinta e oito) em Valdujo. Este apoio implica um custo previsional para o Município de 181.590,06€ (cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa euros e seis cêntimos) para 12 (doze) meses. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, congratulando a proposta de adesão ao Regime da Tarifa Social, porque não tem que dizer que não, quando deve dizer que sim. Sendo um Democrata Cristão, vê com muito bons olhos estas políticas sociais, quando bem fundamentadas como é o caso, e embora este custo venha a surgir como encargos, ainda é pouco para beneficiar 849 (oitocentas e quarenta e nove) famílias. Felicitou o Presidente da Câmara por se aproximar do pensar socialista em relação às questões sociais. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, parabenizando, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, o Executivo por esta opção política, tendo o Município optado por aderir ao programa. Realçou a importância desta iniciativa ter ocorrido na segunda sessão do mandato e na primeira do ano, sendo uma tentativa de fazer chegar mais uma medida que vem beneficiar as pessoas que mais necessitam e sobretudo idosos desprotegidos. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, reiterou a visão que é comum a todas as bancadas, em ter essa sensibilidade para com as pessoas da nossa comunidade, que um dia poderão ser uns, outro dia poderão ser outros. -----

--- Não havendo mais inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco** da ordem do dia, tendo retomado o requerimento apresentado pelo deputado Luís Fernandes, relativo à necessidade de dispor de tempo para

análise do documento do REOT (Relatório do Estado do Ordenamento do Território) apresentado pela Câmara Municipal. Recordou que este ponto não seria objeto de votação, tratando-se apenas de uma apreciação do referido documento. Mencionou que a não realização da análise nesta reunião implicaria a sua apreciação em reunião posterior, sendo apenas necessário à sua publicação no site do Município, tendo sido já colocada em consulta pública. Nessa sequência, foi submetida à votação a realização, ou não, da apreciação do referido documento na presente sessão. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, aludindo ao facto de um dos membros desta Assembleia não ter tido acesso à documentação em tempo útil, condição necessária para a devida análise e discussão do assunto e considerando tal circunstância motivo suficiente para o adiamento da respetiva apreciação. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, esclarecendo que o documento esteve em consulta pública durante 30 (trinta) dias úteis, a qual decorreu em espaços municipais, estando, portanto, acessível a todos os interessados, incluindo cidadãos em geral e deputados municipais. Mais referiu, que a elaboração do documento é da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo o mesmo sido disponibilizado online e publicitado através de aviso em Diário da República, pelo que, no seu entendimento, não poderá ser alegado desconhecimento do mesmo, podendo apenas ser referido que o documento não foi remetido aos deputados municipais dentro do prazo previsto no Regimento. Questionou ainda, se no âmbito da consulta pública promovida, os contributos apresentados por particulares foram devidamente considerados e integrados no documento final. Saliou que, não tendo sido apresentados contributos, o Grupo Municipal do Partido Socialista não tem qualquer observação a acrescentar, nem discordância a manifestar relativamente ao documento. Concluiu referindo que, caso a Mesa não tivesse nada a opor, se poderia considerar efetuada a apreciação do documento e dar o ponto por concluído. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que, conforme anteriormente referido, o assunto se encontrava em discussão em plenário, tendo colocado à consideração a proposta de manutenção da ordem de trabalhos, com a conseqüente apreciação do relatório na presente sessão. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por maioria com um voto contra. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, salientando, como declaração de voto, que o Regimento é claro no que respeita ao envio e aos prazos dos documentos, não lhe parecendo estar a fazer uma interpretação incorreta do mesmo. Concluiu que a questão não deveria ser decidida em plenário, por entender que compete ao Presidente da Mesa decidir sobre a inclusão, ou não, do ponto na ordem de trabalhos. -----

--- De seguida o Presidente da Mesa informou que se encontrava a apreciação o Relatório sobre o Estado e Ordenamento do Território. -----

--- No uso da palavra o Presidente de Câmara, referiu que o documento foi concluído em 6 de maio de 2025, tendo sido posteriormente aprovado em reunião de Câmara a 2 de outubro de 2025. Acrescentou que o mesmo foi submetido a consulta pública durante 30 (trinta) dias, não tendo daí resultado qualquer contributo

adicional, vindo a versão final a ser aprovada em 14 de janeiro de 2026. Mais informou que o documento foi remetido à Assembleia para apreciação, para de seguida ser publicado no sítio institucional do Município. Referiu ainda que o REOT é um documento extenso, incluindo, na sua parte final, uma análise SWOT, na qual são identificados problemas, prioridades e desafios. Salientou, contudo, que, apesar de se tratar de um documento bem estruturado, não apresenta novidades relevantes, uma vez que as forças, fraquezas e desafios nele constantes são, no essencial, já do conhecimento geral. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, reforçando a relevância do documento em análise, que considerou estruturante para o ordenamento do território e urbanismo, ainda que extenso e de leitura exigente. Referiu que, apesar de ter estado em consulta pública, não foram apresentados contributos, o que, no seu entendimento, não diminui a sua importância, antes evidência a necessidade de maior envolvimento cívico neste tipo de processos. Destacou diversas matérias abordadas no relatório, fazendo particular referência às questões relacionadas com riscos naturais, nomeadamente na sequência do recente temporal que afetou o país, sublinhando que o cumprimento rigoroso das normas de planeamento e ordenamento do território, designadamente no que respeita à não edificação em zonas vulneráveis, como áreas adjacentes a linhas de água é essencial para prevenir danos e mitigar impactos futuros. Referiu que centraria a sua intervenção nas matérias respeitantes ao concelho de Trancoso, salientando, designadamente, a necessidade de conclusão da ARU (Áreas de Reabilitação Urbana), que valorize o centro histórico, incluindo aspetos relacionados com iluminação. Destacou ainda o Palácio Ducal, atualmente em processo de reconstrução, manifestando a expectativa de que toda a envolvente venha a ser requalificada, bem como a antiga Escola Primária de Trancoso, atualmente desativada, composta por quatro salas, referindo estar prevista a sua reconversão para instalação de uma escola de artes, abrangendo teatro, música e artes plásticas. No que respeita a fragilidades, apontou o setor primário do concelho, onde se verifica uma diminuição da atividade, bem como o decréscimo e envelhecimento da população, associado à dificuldade de fixação de jovens. Defendeu, neste âmbito, a necessidade de adoção de medidas que promovam essa fixação, nomeadamente através da criação de habitação social, desenvolvimento de zonas industriais, captação de investimento e criação de postos de trabalho. Terminou questionando o ponto de situação da Zona da Ribeirinha e da Zona Industrial de Vila Franca das Naves, deixando ainda uma nota relativamente à área da saúde, reconhecendo a dinâmica que tem vindo a ser criada neste setor. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, referindo que o Grupo do Partido Socialista deseja que o documento, já sujeito a consulta pública, seja agora efetivamente implementado pelo Município, valorizando as suas conclusões e fundamentação, de forma a assegurar um ordenamento do território de elevada qualidade. Acrescentou que, com a presente aprovação, quaisquer questões relativas a hipotéticas violações de normas regimentais ficam ratificadas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, considerando que o documento apresentado é estruturante e deve merecer uma análise cuidada, refletindo a fotografia atual do Município. Referiu que, ao longo dos últimos quatro anos, a governação do Executivo Municipal tem sido fiscalizada, criticada e

apontada quanto aos caminhos a seguir. No entanto, destacou que este documento, de carácter isento e sem autoria de qualquer coordenação partidária, apresenta dados objetivos e verdades claras que devem ser incorporados no raciocínio e na ação do Município, sendo importante não esquecer o que nele está refletido, dado que, segundo o seu entendimento, quem tem responsabilidades executivas tem, há anos, descurado estes aspetos. Salientou que a evolução da população residente no Município de Trancoso é inferior à da área da CIMRBSE (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela), correspondendo aproximadamente à metade da evolução populacional dessa região. Acrescentou que o decréscimo da população abrange todo o concelho, não existindo bolsas isoladas onde se verifique um comportamento diferente, refletindo uma tendência nacional de envelhecimento populacional muito acentuada. Referiu ainda que a população ativa no Município diminui em proporção superior à média da CIMRBSE, existindo menos pessoas em idade ativa para trabalhar do que nos municípios vizinhos. Destacou que Trancoso se posiciona como o terceiro pior município da região em termos de número de empresas, e que o volume de negócios é inferior à média regional. Indicou dados adicionais do documento: a estrutura etária evidencia envelhecimento, com diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos; o número de famílias tem diminuído, tornando-se cada vez mais pequenas; a taxa bruta de mortalidade é inferior à registada na região Centro e na CIMRBSE; o ganho médio mensal aumentou, mas continua inferior ao contexto regional; o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e de pensionistas tem diminuído; a taxa de atividade diminuiu e o volume de negócios aumentou, embora permanecendo abaixo da média regional. Concluiu defendendo que este documento deve ser devidamente valorizado, tendo em conta que apresenta um quadro claro e fundamentado da realidade socioeconómica e demográfica do Município, servindo de base para futuras políticas de ordenamento do território e desenvolvimento local. ----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, respondeu ao deputado Mário Gonçalves, referindo que partilha das preocupações manifestadas e considera adequada a contextualização apresentada, por permitir compreender de forma mais clara o enquadramento e a evolução dos instrumentos em causa. Relativamente à antiga Escola Primária de Trancoso, esclareceu que o imóvel ainda não integra o património do Município, sendo atualmente propriedade da TEGEC – Trancoso Eventos, informando que o processo de dissolução desta entidade ainda não se encontra totalmente concluído, encontrando-se, no entanto, já agendada a escritura de transferência para o mês de março. Agradeceu a intervenção do deputado Daniel Almeida, sublinhando a importância da definição e implementação de políticas públicas que permitam dar resposta aos desafios identificados. Agradeceu igualmente ao deputado João Caramelo pelo enquadramento efetuado, considerando, contudo, necessário proceder a alguns esclarecimentos. Referiu que o fenómeno do envelhecimento da população é uma realidade já conhecida e amplamente identificada, não constituindo, por isso, uma novidade. Esclareceu ainda que as referências às melhorias nas condições de habitabilidade e de qualificação não devem ser interpretadas como desvalorização dessas matérias. No que respeita aos dados apresentados, salientou que, sempre que é mencionada a CIMRBSE, está em causa um valor médio que resulta da agregação de diferentes concelhos. Precisou que, ao referir os concelhos da região, não se

estava a reportar especificamente a Mêda, Penedono ou Pinhel, mas sim a uma média global que inclui realidades distintas, nomeadamente concelhos como a Covilhã e a Guarda, os quais, pela sua dimensão e características, influenciam significativamente os resultados finais. Acrescentou ainda que o documento em análise não integra os dados estatísticos mais recentes. Nesse sentido, apresentou informação do Instituto Nacional de Estatística (INE), citada pela CIMRBSE no respetivo Plano de Atividades já aprovado, segundo a qual o concelho de Trancoso registou uma inversão da tendência de perda populacional no período entre 2022 e 2024. Especificou que a variação entre 2022 e 2023 foi de 0,29% e entre 2023 e 2024 de 1,07%, correspondendo este último ao segundo melhor resultado no conjunto dos concelhos da CIMRBSE, apenas ultrapassado pelo Fundão. Concluiu, referindo que, apesar dos sinais positivos, é fundamental dar continuidade ao trabalho desenvolvido no concelho, com vista à consolidação desta tendência e à melhoria sustentada dos respetivos indicadores. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa informou que não havendo mais intervenções se dava por concluída a apreciação ao ponto 5. De seguida informou que se iria passar ao **ponto seis** da ordem do dia.

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, referiu que a “Feira de Trancoso” é mais do que um fenómeno comercial, assumindo-se como um fenómeno social marcante da identidade do concelho e das suas memórias, sendo frequentemente o principal elemento recordado por quem visita Trancoso. Explicou que a designação “Feira de Trancoso”, inspirada na expressão de Gil Vicente no *Auto da Mofina Mendes*, foi adotada como conceito abrangente para incluir não só a Feira Franca de São Bartolomeu, mas também as várias feiras realizadas ao longo do ano no concelho, quer em Trancoso quer noutras freguesias. A proposta visa o reconhecimento deste conjunto como património cultural imaterial do concelho. Destacou que o concelho de Trancoso realiza 72 (setenta e dois) dias de feiras por ano, correspondendo a cerca de 20%, ou seja, uma feira a cada 5 dias, evidenciando a sua importância nos ritmos quotidianos. Referiu que a Feira de São Bartolomeu, criada por carta régia por D. Afonso III, em 1273, é a feira franca mais antiga de Portugal ainda em atividade. Agradeceu ao escritor Santos Costa pelo contributo na elaboração da proposta, nomeadamente pelos dados que indicam que esta feira serviu de modelo para a criação de outras feiras em localidades como Sabugal, Coimbra, Bragança, Sertã, Pinhel, Amarante, Viseu, Porto, Feira, Chaves e Barcelos, com os mesmos privilégios, liberdades e franquezas. Mencionou ainda as 3 (três) feiras anuais realizadas em Trancoso e Vila Franca das Naves, bem como a criação, já no século XXI, da Feira do Fumeiro e da Feira da Castanha. Concluiu que este reconhecimento, embora simbólico, constitui um primeiro passo para alcançar outros patamares, nomeadamente a nível regional e nacional, à semelhança de exemplos como a Capeia Arraiana e o Canto Alentejano, implicando também um compromisso com a salvaguarda, promoção e divulgação das feiras ao longo do ano. Salientou que nos documentos anexos à proposta existem algumas intenções de medidas de salvaguarda, pedindo a colaboração dos deputados municipais e presidentes de junta, para as melhorarem, de modo a tornar a Feira mais forte, deixando um legado devidamente reconhecido às gerações futuras. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, referindo as feiras como um importante fator

económico e social, destacando a sua relevância nas vertentes do património, cultura e turismo. No âmbito do turismo, procurou tranquilizar os funcionários do Município relativamente às suas intervenções, sublinhando que estas resultam da sua idade e experiência política, não tendo receio de se pronunciar. Manifestou o seu apoio ao ponto em análise, referindo que, em Trancoso, existe uma identidade própria, ser “bandarrista”, e que, tal como as sardinhas doces, as feiras constituem um símbolo levado muito a sério pelos trancosenses. Considerou, contudo, que existe ainda um longo caminho a percorrer, sendo importante refletir sobre o rumo a seguir para tornar o concelho mais forte e mais genuinamente trancosense. Referiu que a Feira de São Bartolomeu perdeu parte da sua identidade, uma vez que o mercado de gado, que era o seu principal motor, foi afetado pela legislação e por questões sanitárias. Perante essa realidade, houve necessidade de apostar num certame de atividades económicas, o que levou ao descaramento de elementos tradicionais, como a barraca das enguias, os melões e as canções do ceguinho nas Portas D’El Rei. Defendeu que a recuperação desses elementos passa, designadamente, pela gratuitidade dos espaços para expositores, sublinhando que as pessoas procuram autenticidade e experiências únicas, inexistentes noutros locais. Salientou ainda a importância de valorizar a calendarização própria de cada evento. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Fausto Frade, parabenizando o Presidente de Câmara, Daniel Joana, pelo trabalho desenvolvido, manifestando agrado pela proposta apresentada e considerando que esta representa respeito pela identidade, história e valores de Trancoso. Destacou a importância de conciliar tradição com modernidade, nomeadamente através do recurso ao digital na promoção do mercado semanal – 6ª feira, da Feira da História e da Feira de São Bartolomeu, como forma de continuar a atrair público e dinamizar os eventos. Sublinhou que esta candidatura constitui um compromisso com o futuro, valorizando a Feira como património imaterial concelhio, bem como a economia local, o comércio tradicional e os produtores, referindo que muitos feirantes dependem exclusivamente da atividade realizada nos quatro ou cinco dias de cada mês. Referiu ainda que esta iniciativa representa um marco na história moderna de Trancoso, ao conjugar tradição e visão do Executivo, afirmando que a modernidade não é uma rutura, mas uma evolução com identidade, tendo a capacidade de projetar Trancoso com ambição mantendo a qualidade e orgulho naquilo que fazemos há muitos anos. Concluiu que esta candidatura é, sobretudo, sobre as pessoas, protegendo a memória, o saber-fazer e a identidade trancosense. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Nadine Ambrósio, felicitando o Presidente da Câmara pela proposta de reconhecimento da Feira de Trancoso, da Feira Franca de São Bartolomeu e das restantes feiras como património cultural imaterial concelhio. Referiu que este conceito abrange práticas e expressões reconhecidas pelas comunidades como parte do seu património cultural, destacando a Feira Franca de São Bartolomeu, realizada em agosto, também conhecida como “Feira de Trancoso”. Sublinhou que, desde agosto de 1273, há cerca de 752 anos, esta feira se realiza de forma contínua, sendo uma das mais antigas e importantes feiras francas do país, com forte impacto no quotidiano do concelho, dos seus habitantes e visitantes. Evidenciou o seu papel como centro de atividade económica, especialmente para pequenos produtores locais, contribuindo para o desenvolvimento do concelho, reforçando que a Feira de Trancoso é

parte essencial da identidade histórica, económica e cultural. Saliou ainda que este reconhecimento não é meramente honorífico, implicando mecanismos de proteção, valorização e sustentabilidade, bem como a implementação de políticas públicas de salvaguarda. Destacou vantagens como a tutela legal, o acesso a apoios financeiros, a valorização da identidade local e dos saberes tradicionais, bem como o incentivo à criação de eventos, atividades artísticas e merchandising associado. Concluiu referindo que muitos patrimónios imateriais começaram por reconhecimento concelhio, podendo este ser o primeiro passo para ambições futuras, defendendo que a proposta deverá merecer aprovação por unanimidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, recordando o *Auto da Mofina Mendes*, de Gil Vicente, onde é referido: “vou-me à feira de Trancoso comprar ovos de pata que é cousa mais barata que de lá posso trazer”, salientando que atualmente já não existem ovos de pata na Feira de Trancoso, nem, possivelmente, patas para vender. Informou que o grupo municipal da Coligação irá votar favoravelmente a proposta, sem reservas, mas deixando um repto e um desafio: que esta aprovação não seja um ponto de chegada, mas antes um ponto de partida, defendendo a necessidade de continuar a fazer mais e melhor, com consciência de que ainda há muito caminho a percorrer. Recordou que, no passado, o mercado de Trancoso durava todo o dia, até ao pôr do sol, que a Feira de São Bartolomeu se realizava durante 10 (dez) dias e que a Feira de Santa Luzia, apesar das condições meteorológicas, tinha grande dimensão, contrastando com a realidade atual, onde já não tem essa expressão, sublinhando que não se pode viver à sombra de sucessos passados. Concluiu que existe a obrigação de deixar às gerações futuras uma herança mais rica do que a recebida, acrescentando valor ao património existente, destacando a responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara em promover o crescimento, modernização e adaptação da Feira de Trancoso aos tempos atuais. -

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, elogiando a iniciativa do Executivo relativamente à proposta apresentada. Contudo, considerou existir algum descumprimento de um elemento essencial das feiras: os feirantes. Referiu a sua experiência no mercado semanal durante cerca de um ano, salientando que é desmotivador existirem lugares de passagem pagos que não são ocupados de forma regular, prejudicando quem se encontra em bancas menos centrais. Acrescentou que o mercado municipal não oferece condições adequadas, especialmente no inverno, devido ao frio e à impossibilidade de utilização de equipamentos de aquecimento, em virtude das limitações do quadro elétrico. Concluiu que, apesar da importância do reconhecimento da Feira de Trancoso, é fundamental garantir melhores condições aos feirantes, de forma a assegurar a continuidade e vitalidade da própria feira. -----

--- Usou da palavra o Presidente de Câmara referindo tratar-se de um dos pontos com maior unanimidade e reconhecimento do valor da Feira de Trancoso, enquanto elemento central da identidade local. Destacou das intervenções a importância da sua identidade histórica, cultural e comercial, evidenciando uma forma própria de valorização e comercialização do que é identitário do concelho. Sublinhou ainda a ideia, referida pelos deputados, de que este deve ser um “ponto de partida”, defendendo a adaptação do fenómeno Feira às realidades atuais e futuras. Em resposta ao deputado Luís Nascimento, informou que estão previstas melhorias nas condições físicas do espaço destinado aos feirantes, salvaguardando a sua identidade, bem

como já se encontram em curso trabalhos de revisão do regulamento do mercado semanal. Referiu também a expressão “artes de feira”, mencionada pelo deputado Fausto Frade, considerando a possibilidade de recuperar uma componente artística ainda existente, potenciando-a, nomeadamente, através da promoção digital, como forma de valorizar o que é genuíno. Concluiu agradecendo as intervenções, considerando que estas contribuem para um promissor ponto de partida. -----

--- Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto sete da Ordem do dia**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa referiu que o Conselho Municipal da Juventude de Trancoso integra, entre outras entidades, um representante indicado por cada partido municipal, salientando que não se trata de uma eleição, mas sim de uma designação direta por cada grupo. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, indicando em nome do Partido Socialista a deputada Patrícia Isabel Fernandes Ramos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, indicando pelo PSD, o deputado Gonçalo José Pacheco Plácido Santos e pelo CDS-PP, o deputado Joaquim José de Campos Cavaca. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, indicando pelo CHEGA, o deputado Luís Miguel Sousa Anjos de Almeida Fernandes. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se considera assim designados os nomes para a integração do Conselho Municipal da Juventude. De seguida informou que se iria passar ao **ponto oito** da Ordem do Dia.

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, informando que, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Nós, Cidadãos, indicavam a cidadã Jéssica Dias Rebelo, independente e sem ligação político-partidária, destacando o seu percurso no acompanhamento de crianças e jovens, como pessoa adequada para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, em nome da Coligação PSD, CDS-PP, indicava a cidadã, Sílvia Andreia Esteves Nascimento Santos. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia informou que se designaria de Lista A, a cidadã apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e do Nós, Cidadãos, Jéssica Dias Rebelo, tendo sido a primeira apresentada, e de Lista B, a cidadã apresentada pela Coligação PSD, CDS-PP, Sílvia Andreia Esteves Nascimento Santos. Transmitiu que deveriam votar todos os membros da Assembleia Municipal eleitos diretamente. Informou que após votação por escrutínio secreto foram apresentados os resultados, tendo havido 21 (vinte e um) votos na Lista A e 22 (vinte e dois) votos na Lista B, ficando eleita a Lista B, Sílvia Andreia Esteves Nascimento Santos, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Trancoso. De seguida informou que se iria passar ao **ponto nove**. -----

--- Usou da palavra o Presidente de Câmara, referindo que o Carnaval de Vila Franca das Naves integra a identidade do concelho de Trancoso, sendo um evento genuíno e, provavelmente, a celebração de Carnaval mais antiga do distrito da Guarda realizada de forma ininterrupta. Destacou a sua forte componente satírica,

que o torna diferenciador, bem como o seu carácter mobilizador, justificando o apoio do Município. Referiu ainda as reuniões realizadas entre o Município e a União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, com vista à articulação de esforços e à projeção futura do evento. Sublinhou também a vertente lúdica do Carnaval, com iniciativas como espetáculos de magia e concertos, manifestando o desejo de o afirmar como o Carnaval de todo o concelho. Propôs, assim, a atribuição de um apoio à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, no valor de 13.500,00€ (treze mil e quinhentos euros), para fazer face às despesas associadas à realização do evento. -----

--- Não havendo intervenções o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação. A proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, destinado à Organização do Carnaval foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. -----

--- Pediu a palavra o munícipe, Marco Santos, residente em Trancoso, para intervir sobre vários temas sendo eles: democracia e integração, mobilidade, migrações e integração, cultura e integração, projetos europeus e integração europeia. Antes de iniciar, questionou a existência de regulamento relativo à captação e transmissão de áudio e vídeo das reuniões dos órgãos do município, manifestando a sua autorização para ser filmado. Referiu o encontro comunitário realizado no dia 25 de fevereiro, em Trancoso, considerando positiva a realização desta reunião, participativa, com envolvimento dos cidadãos, saudando o Município por essa iniciativa, contudo, entendeu que o Presidente da Câmara deveria estar presente nesse tipo de encontros. O tema abordado foi de encontro às políticas de exclusão e às políticas de integração, revelando-se necessário as últimas serem pensadas no contexto atual, integração não só os migrantes como a população local. Realça a questão da integração/ construção da comunidade e de como viver em conjunto, tendo havido nesse encontro muita gente oriunda de muitos países, considerando um encontro rico, mas, limitado no tempo. Sugeriu fazer um encontro desse género para o feriado municipal, defendendo o tratamento desta temática de modo a continuar a envolver os cidadãos portugueses e estrangeiros. Salientou o Museu de Trancoso, sem grande progresso visível, sugerindo a criação de um website onde inclusivamente fosse incluído o património da feira de Trancoso. Terminou sugerindo a participação do Município no Encontro Europeu da Castanha, que irá decorrer em Carrazedo de Montenegro, Valpaços. -----

--- Não havendo mais intervenções lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade pelos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia -----

